



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2022/21
Data 17/06/2022

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação

Assunto – Audição do Presidente do Conselho de Administração dos CTT, S.A.

O sector das comunicações e o serviço postal universal, decorrendo de dinâmicas várias que a pandemia acentuou, vêm registando uma evolução muito significativa, e com ela a imperativa necessidade de adaptação às novas realidades, exigindo um esforço em conformidade de concessionário, concedente e regulador.

No termo do contrato de prestação do serviço postal universal, o Governo optou, ao abrigo de um “acordo de transição”, por celebrar em janeiro deste ano, com os CTT, um novo contrato, o qual deverá vigorar até 31 de dezembro de 2028.

Assim, e de acordo com as recentes alterações à designada Lei Postal, passa a caber ao concedente a definição dos parâmetros de qualidade do serviço e dos objetivos de desempenho, mediante proposta da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), enquanto os critérios para a fixação dos preços dos serviços integrantes do serviço postal universal passam a ser definidos por convénio a celebrar entre a ANACOM, a Direção-Geral do Consumidor e a CTT.

As condições de prestação do Serviço Público Postal e a atual situação dos CTT, têm merecido naturalmente a atenção da comunicação social e dos utilizadores em geral pelas implicações na vida diária, quer das populações, quer das empresas que constituem o tecido empresarial nacional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Porque uma análise objectiva da situação e da qualidade do serviço prestado implica o conhecimento dos vários ângulos de abordagem ao tema, e no sentido de acompanhar as respostas que estão a ser encontradas para este renovado desafio, os deputados do GP-PSD entendem ser oportuno ouvir nesta Comissão o senhor Presidente do Conselho de Administração dos CTT, S.A., solicitando a V. Exa. as diligências no sentido de formalizar o respectivo convite para vir a esta Comissão e de se poder pronunciar sobre esta matéria.

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2022.

O(a)s Deputado(a)s: